

v.33 n.2  
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:  
perspectivas latino-americanas em  
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

# Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

# Praia Vermelha

ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

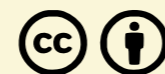
## Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

**v.33 n.2**

**Jul-Dez/2023**

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



# Praia Vermelha

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

### REITOR

Roberto de Andrade Medronho

### PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

### DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

### VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

### DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

## REVISTA PRAIA VERMELHA

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

### EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

### EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Lília Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

### EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

### REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

### Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ





Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-


Semestral  
ISSN 1414-9184  
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5  
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

# Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** **Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos**  
*Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti*
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** **Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?**  
*Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares*
- 210** **Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais** *Tatiana Dahmer Pereira*
- 230** **Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas**  
*Maria Raimunda Penha Soares*
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** **O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ**  
*Rosimar Borges*
- 276** **Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social** *Tahiana Meneses Alves*
- 301** **O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)**  
*Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques*
- 324** **Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial** *Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil*
- 349** **Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências**  
*Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva*
- 375** **Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?** *Luiza da Costa de Deus*
- 396** **A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**  
*Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos*
- 420** **Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil** *Susane Petinelli Souza*
- 445** **“Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:**  
**mulheres negras e identidades** *Laurita de Queiroz Bomdespacho*



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

## DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458**  
**Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)**  
*Bárbara Zilli Haanwinckel et alia*
- 476**  
**Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020)** *Ana Cássia Alves Cunha et alia*
- 500**  
**As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal**  
*Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco*

# Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça

**Urbanização brasileira**  
**Déficit habitacional feminino**  
**Produção do espaço**

**Joyce Kelly de Jesus Santos**

Professora e Mestre em geografia pela UFS. Doutoranda em Serviço Social pela ESS-UFRJ.

**André Henrique Mello Correa**

Assistente Social pela UEPG e mestrando em Serviço Social pela ESS-UFRJ.

**Josefa de Lisboa Santos**

Licenciada, mestre e doutora em geografia pela UFS.

**Brazilian capitalist urbanization: brief analysis of spatial segregation based on gender and race**

The aim of this article is to analyze the Brazilian housing deficit based on gender and race, using qualitative research as a methodological contribution through a bibliographic and documentary review. The process of capitalist urbanization began in the 1930s, driven by the state. Urban-industrial Brazil developed based on the lowering of the value of the workforce and the concentration of income. These conditions were essential for the production of unequal and segregated cities. The housing deficit is the index used to represent families living in precarious housing. When analyzing gender and race, it is clear that women, especially black women, are the most affected by this problem.

**Brazilian urbanization**  
**Female housing deficit**  
**Space production**





## Introdução

O presente artigo analisa o déficit habitacional brasileiro a partir do gênero e da raça. A metodologia utilizada consistiu em revisão bibliográfica e análise de dados do déficit habitacional urbano. Sposito (1997) considera que o desenvolvimento industrial, que produziu a urbanização nos moldes do modo de produção capitalista, transformou a cidade no “centro” de gestão do capitalismo, e o tornou o *locus* da produção, circulação e consumo de mercadorias. Assim, a cidade está no centro do modo de produção como nunca antes visto na história da humanidade.

A expansão das cidades foi uma necessidade para o desenvolvimento da industrialização no Brasil, pois é neste espaço que se realiza o ciclo de acumulação do capital. Até a década de 1930, a industrialização era incipiente e servia para a autossustentação do café (MAZZEO, 1988). A crise de 1929 atingiu as exportações de tal produto e a saída encontrada pelo Estado foi o impulsionamento da indústria. À luz desse contexto, Santos (1993) aponta que a urbanização brasileira ocorreu de forma desigual e concentrada na Região Sudeste, local onde está localizado o principal centro industrial do país.

Oliveira (2003) assinala que as cidades brasileiras se expandiram para atender as necessidades do modelo de acumulação urbano-industrial. As cidades se desenvolveram de forma acelerada baseadas no rebaixamento do valor da força de trabalho, na desigualdade social e na segregação urbana. Nesse processo surgiu um exército de reserva, no qual atualmente uma grande parcela é formada por mulheres que ocupam os subempregos ou estão na condição de desempregadas.

O desenvolvimento capitalista aprofundou a subordinação da mulher ao homem e se beneficiou da superexploração do trabalho feminino, em especial do seu contingente enegrecido (GONZALES, 1984; FEDERICI, 2017; ALVES e SIQUEIRA, 2020). É importante refletir que tais condições também se materializam na produção da cidade, uma vez que as mulheres são as mais atingidas pela chamada questão da moradia, em especial as mulheres negras.

Ao analisar os dados do déficit habitacional urbano – índice utilizado para medir as pessoas que se encontram em condições de moradia subnormais – percebemos que ele

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



atinge, principalmente, os setores mais precarizados da classe trabalhadora. Quando levamos em consideração o recorte de gênero percebemos que os lares chefiados por mulheres são os que compõem a maior parcela de tal índice (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021a).

### Apontamentos sobre a urbanização brasileira

A dinâmica do processo de colonização afetou o modo como o espaço urbano foi produzido e apropriado pelas classes sociais fundamentais na América Latina. Nesse sentido, o conceito de colonialidade é fundamental para entender as peculiaridades da organização da sociedade capitalista nestes trópicos. De acordo com Quijano (2005) a colonialidade é um projeto de dominação que não se encerrou com a independência dos países colonizados, e deixou profundas marcas na sociedade de tais países. Assim, a América Latina é, ainda, refém de seus fantasmas históricos.

Mignolo (2007, p. 36) aponta que a colonialidade perpassa várias instâncias da sociedade. Desta forma,

La lógica de la colonialidad opera en cuatro dominios de la experiencia humana: (1) económico: apropiación de la tierra, explotación de la mano de obra y control de las finanzas; (2) político: control de la autoridad; (3) social: control del género y la sexualidad, y (4) epistémico y subjetivo/personal: control del conocimiento y la subjetividad.<sup>1</sup>

Em suma, além da colonialidade afetar as relações raciais, econômicas e políticas, também controla as relações de gênero e sexualidade, que são essenciais para a perpetuação do capitalismo.

Quijano (2005) pontua que, com o advento da colonialidade, todo homem é superior a mulher, contudo, toda mulher de ‘raça superior’ está acima do homem de ‘raça inferior’. Tal estrutura perdura até os dias atuais e mantém as mulheres negras e da classe trabalhadora como base da sociedade capitalista. Desta forma,

[...] não se tratava de qualquer colonialismo, mas de um muito particular e específico: ocorria no contexto da vitória militar, política e religioso-cultural dos cristãos da contra-reforma sobre os muçulmanos e judeus do sul da Ibéria e da Europa. E foi esse contexto que produziu a ideia de “raça” (QUIJANO, 2005, p. 19).

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
 André Henrique Mello Correa  
 Josefa de Lisboa Santos



Mignolo (2007) destaca que para a perspectiva decolonial, a colonialidade forjou a ideia de que os acontecimentos históricos - tais como a modernidade e a colonização - são inevitáveis para a evolução da sociedade e impôs um conjunto específico de valores do mundo cristão. Para a efetivação de tais valores foi usado o discurso de que os povos originários viviam no pecado e que precisavam da salvação. A redenção estava na colonização da América pelos Europeus.

Segundo a narrativa colonizadora, os europeus estavam destinados por Deus a colonizar o território americano. Além disso, eles se consideravam seres superiores aos povos originários e aos africanos (MIGNOLO, 2007). Tais justificativas foram a base para o que foi, provavelmente, o maior processo de destruição histórica e genocídio mais sangrento e longo da história da humanidade (QUIJANO, 2005). Uma infinidade de etnias foi dizimada e milhões de negros e indígenas foram escravizados. Como afirma Mignolo (2007, p. 32) “[...] La ‘colonialidad’, entonces, consiste en develar la lógica encubierta que impone el control, la dominación y la explotación, una lógica oculta tras el discurso de la salvación, el progreso, la modernización y el bien común”<sup>2</sup>.

A expropriação do território latino-americano foi fundamental para a acumulação de riquezas que serviram de base para a industrialização. N’O Capital, Marx (2013) destaca que a “assim chamada *acumulação primitiva*”<sup>3</sup> foi essencial para o processo de industrialização, nascimento do capitalismo e da sociedade moderna. Desta forma, colonialidade e modernidade estão interligadas, são processos que ajudaram a fundamentar e consolidar a sociedade capitalista.

Conforme ilustra Castelo (2021, p. 99): “Os momentos históricos da acumulação primitiva, típicos das transições entre modos de produção, se transmutam em métodos próprios do Estado burguês na solidificação das fases posteriores do capitalismo”. Tais métodos de solidificação do Estado burguês, mediante a racionalidade capitalista e a expansão de mercados, como aponta o próprio Marx (1867 [2013]), consagra a *violência* como elemento dinamizador do capitalismo em sua gênese (Séc. XV) e nos séculos seguintes que decorrem as fases cíclicas do sistema capitalista, encontrando no *colonialismo* eixo elementar de expansão mercantil, conforme se observa:

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos







Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. *A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica* (MARX [1867] 2013, p. 821, grifos nossos).

Não temos pretensão de traçar a história colonial do Brasil, mas apontar alguns elementos que foram essenciais para a formação do espaço urbano brasileiro. É importante destacar o *desenvolvimento desigual e combinado* (TROTSKY, 2017) na formação do mercado mundial capitalista e a forma específica que se deu o processo de acumulação de capital no Brasil em suas origens pretéritas, no período do *escravismo pleno (1500-1850)* e *escravismo tardio (1850-1888)*, nos termos de Clóvis Moura (2020)<sup>4</sup>.

Ainda que no Brasil, no fundamental das relações sociais, não se tivesse um modo de produção capitalista que ainda se formava e se expandia a nível mundial, contudo, nosso país cumpria, dentro da divisão internacional do trabalho e formação deste mercado mundial em expansão, papel central na acumulação de riqueza *além-mar*, em todos os períodos e ciclos produtivos na análise histórica, que ensejará, como veremos posteriormente, na sua dinâmica de dependência e subordinação aos centros capitalistas hegemônicos, quando da fase superior do capitalismo – Imperialismo.

Ademais, a Lei de Terras de 1850 – Lei nº 601, situada por Moura (2020), nos marcos do *escravismo pleno*, é um marco na história do Brasil. Dado seu conteúdo político<sup>5</sup>, além de ter legitimado o latifúndio rural, transformou todas as terras em mercadorias e trouxe impactos para as cidades: “[...] a única maneira de se adquirir terra, era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário” (MOURA, 2020, p. 106). Quando a Lei Áurea – Lei Nº 3.353 foi promulgada em 1888, a maioria dos negros libertos migraram para as cidades e foram ocupar os ofícios braçais que pagavam os piores salários. Por sua vez, o acesso à moradia foi dificultado, pois eles não possuíam dinheiro para alugar/comprar as melhorias moradias, constituindo um processo de *marginalização*

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos





*radicalizada* na dinâmica da sociedade do *trabalho livre* nas veias abertas do capitalismo dependente brasileiro (SABINO; TELES, 2021) O que restou foi ocupar as áreas mais periféricas das cidades, os cortiços e as favelas.

[...] a estrutura social do capitalismo dependente se deu pela recriação das condições fundadas pelo modo de produção que o antecedeu: a propriedade privada monopolista da terra, o sentido agrário-exportador da produção da riqueza e a definição racializada dos despossuídos e expropriados, que determinou a negros e a indígenas a condição majoritária de sem terras, sem tetos, sem emprego e sem direitos (SABINO; TELES, 2021, p. 51).

Dando um salto, observa-se que, até a década de 1930, existia no Brasil um processo de industrialização incipiente e secundária, todavia, em ascensão, fortemente vinculado ao setor agrário-exportador, e a economia da produção cafeeira, subordinado a dinâmica das oligarquias rurais e da burguesia industrial, e seus interesses contraditórios, mas não antagônicos (HARDMAN; LEONARDI, 1983; POCHMANN, 2016). Nesse sentido, as bases agrárias foram necessárias para o desenvolvimento da indústria nacional.

Mazzeo (1988) aponta que o capital cafeeiro, que estava localizado na Região Sudeste, foi transformado em capital industrial. Além disso, transformou o trabalho escravo em trabalho assalariado, ou seja, a força de trabalho tornou-se mercadoria, porém esse processo ocorreu de forma dialética: ao mesmo tempo que o capital cafeeiro desenvolvia uma indústria que servia para sua autossustentação, também foi obstáculo para o desenvolvimento industrial, e a vinculação do país nos marcos da divisão internacional do trabalho no mercado mundial capitalista, que se consolidava sob o sigma do Imperialismo. Assim, o desenvolvimento da indústria só será alavancado a partir de 1930, com a tomada do poder por Getúlio Vargas. À luz dessa análise

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes (SANTOS, 1993, p. 26).

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



Quando há a alavancada do processo de industrialização, os negros e indígenas ocupavam as posições mais subalternas da sociedade, com baixa escolaridade e ofícios com piores remunerações. A estrutura das cidades brasileiras, que já era desigual, se agrava com o advento da industrialização.

A urbanização brasileira – nos moldes capitalistas – teve início na década de 1930 com o processo de industrialização impulsionado pelo Estado no contexto de crise do capital. Lima (2004) aponta que a expansão das cidades favorece o crescimento da acumulação de capital, pois nos centros urbanos é possível realizar a produção, distribuição e circulação de mercadorias. Assim, o processo de urbanização não é algo isolado ou aleatório, mas necessário para o desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. Carlos (2016, p. 98) afirma que

Sob a orientação da industrialização, a cidade se tornou força produtiva do capital com a concentração de capital fixo capaz de permitir que os momentos de realização do ciclo econômico pudessem constituir-se em sua totalidade, realizando-se no espaço e no tempo em sua continuidade e simultaneidade.

A autora ainda destaca que neste modo de produção se desenvolve uma contradição fundamental para entendermos o seu funcionamento: enquanto a produção é coletiva, a apropriação é privada.

[...] Assim a pauperização torna-se inerente ao sistema, compondo uma unidade de contrários: riqueza e pobreza.

A privatização dos meios de produção levou necessariamente a uma relação desigual de quem os detinham e quem não, rapidamente as relações de produção mercantilizaram o trabalho e quem os produzia (ALVES; SIQUEIRA, 2020, p. 167).

Ademais, a produção capitalista do espaço obedece às regras de acumulação do capital, ou seja, o valor de troca se sobressai ao valor de uso e a reprodução da vida. O espaço urbano não é apenas produto do capitalismo, mas também sua condição de reprodução (CARLOS, 2016).

Com a Grande Depressão de 1929, a economia brasileira, baseada na exportação de café, entrou em crise. O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) adotou medidas macroeconômicas

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



para impulsionar a economia. A principal delas consistiu em impulsionar a industrialização, até então incipiente no país (FURTADO, 2007). O Estado participou ativamente desse processo por meio da construção de infraestrutura, da fundação de estatais, da proteção a empresas nacionais e da implementação de leis trabalhistas. O setor industrial mais impulsionado foi o de bens de consumo. Segundo Mazzeo (1988, p. 28), “[...] o tipo de indústria aqui desenvolvida não se direcionava aos bens de produção. Estes estavam nas mãos dos pólos desenvolvidos do capitalismo mundial e, no caso brasileiro, a influência era britânica, a que o Brasil se ligava subordinadamente”.

A urbanização brasileira se desenvolveu para atender as necessidades do novo modo de acumulação, sendo preciso criar estruturas para dar suporte às novas demandas, tais como: mobilidade, comunicação, consumo (OLIVEIRA, 2003). Santos (1993) assinala que a urbanização brasileira ocorreu de forma desigual e concentrada na região sudeste por consequência da intensa migração de trabalhadores com destino a tal região, onde se localiza até hoje o principal centro industrial do país. Ao chegarem às grandes cidades, com frequência, não tinham onde morar. Tal condição levou, posteriormente, tais trabalhadores a ocuparem as áreas mais periféricas. As cidades cresceram com ausência de políticas sociais de urbanização combinadas à criminalização e à marginalização dos bairros periféricos.

A reafirmação do capitalismo monopolista no cenário mundial – na década de 1950 – os países da periferia capitalista se introduzem no processo de industrialização e abre espaço para a expansão de empresas de países do centro nesses locais (LIMA, 2004). Suzigan (2000) aponta que no Brasil foram desenvolvidas políticas de concertação entre Estado e agentes privados e forças políticas e setores regionais organizaram-se para receber recursos para aplicar no capital industrial.

As mudanças ocorridas no campo foram condições para o crescimento das cidades e a consolidação do Brasil urbano-industrial. A chamada Revolução Verde e a mecanização agrícola foram medidas que expropriaram inúmeros camponeses de suas terras. Além disso, Oliveira (2003) ressalta que a diminuição dos preços dos alimentos produzidos no campo ajudou a rebaixar os salários urbanos, uma vez que o cálculo do salário mínimo é baseado no custo mínimo de reprodução de vida.

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



Além da Revolução Verde, foram adotadas outras medidas que corroboraram com a expropriação camponesa. O Estatuto da Terra corroborou com o aguçamento da questão agrária no país, uma vez que foi criado na Ditadura Militar (1964-1985) como medida para impedir a reforma agrária e tentar conter as diversas lutas camponesas que se desenvolviam no campo. Fernandes (1999, p. 32-33) avalia que

[...] Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme a sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção. No entanto, no final da década de setenta, o aumento do número de conflitos fundiários obrigou o presidente da República a utilizar, intensamente, o recurso da desapropriação.

O Estatuto da Terra foi elaborado de acordo com os interesses do capital. Em uma exaltação da terra produtiva, tinha a perspectiva de desapropriar toda a terra que era improdutiva<sup>6</sup> e não dava lucro. Não havia uma delimitação elucidativa sobre o que era produtivo e improdutivo. Na realidade perpetuou o latifúndio, pois não desapropriou nem o produtivo, nem o improdutivo. Quando não havia a possibilidade de conter o conflito eram entregues aos camponeses terras marginais fora do interesse imediato do capital (SAMPAIO JR., 2010). A reforma agrária que era possível no contexto da ditadura militar se conformou como uma contrarreforma agrária. Seu propósito foi a preservação da base do poder econômico e político do latifúndio.

[...] A modernização acelerada da agricultura e o elevado crescimento da indústria vieram acompanhados da continuidade da pobreza no campo e de um processo caótico de urbanização acelerada que generalizou o problema do subemprego – até os anos 1960, um fenômeno basicamente rural – para as grandes metrópoles. Assim, no fim da década de 1970, após quase 50 anos de vigoroso crescimento econômico, o Brasil concluiu o processo de internalização das estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial com praticamente um quarto de sua força de trabalho subempregada, sendo que quase 60% deste contingente vivia nas cidades (SAMPAIO JR., p. 209).

Segundo Lima (2004) a urbanização acelerada não foi capaz de oferecer emprego nos setores secundário e terciário, gerando um

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



crescimento da economia informal e a consequente formação do exército de reserva. Vale ressaltar que a expropriação do campesinato e sua transformação em proletário urbano foi necessária para a formação de um exército de reserva.

Oliveira (2003) aponta que a transformação da população em exército de reserva foi uma das bases para o novo modo de acumulação que estava sendo instaurado no país, modificou as relações entre capital-trabalho e um consequente rebaixamento do valor da força de trabalho urbana. Assim, o processo de urbanização brasileira aprofundou as desigualdades de classe, raciais e de gênero. Desse modo,

[...] Criou e concentrou riquezas, mas não levou à plena institucionalização das relações de trabalho, capaz de absorver os contingentes populacionais expulsos do campo. Com isso, foi gerada uma constante população excedente, sujeita a acintosos processos de espoliação urbana e, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, produziu-se uma enorme pujança econômica, concentrada em ilhas de prosperidade (LIMA, 2004, p. 88).

A intensificação da industrialização agravou o fenômeno da autoconstrução de moradias nas cidades brasileiras, prática que recaí sobre os setores mais precarizados da classe trabalhadora. Este modelo de construção, que surgiu no século XIX nas favelas cariocas e se aprofundou ao longo do século XX, foi a alternativa da classe trabalhadora para assegurar seu teto e sobrevivência nas cidades. Oliveira (2003) analisa que ao construir a sua casa o trabalhador reduz o custo monetário da sua própria reprodução, condição que favorece a acumulação de capital.

Maricato (1982) aponta que a autoconstrução é a forma que a classe trabalhadora encontra de resolver a falta de moradia. Além disso, a autora destaca que tal prática não se resume à construção de habitação, pois também há a construção de creches, escolas e igrejas e melhoramento de ruas, pontes e saneamento em bairros que não possuem infraestrutura. Desta forma,

A autoconstrução se estende, portanto, para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. [...] O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental para a oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço (MARICATO, 1982, p. 80).

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



A autoconstrução é realizada nos finais de semana, consumindo o tempo livre do trabalhador e um conseqüente alongamento da jornada de trabalho. As casas são construídas nas periferias e favelas das cidades. Nesse contexto, o crescimento das cidades resultou em um agravamento da segregação urbana. Farage (2014, p. 85) afirma que

A cidade que, desde a sua gênese, abriga segmentos populacionais distintos como forma de permitir a produção e a reprodução da sociedade industrial urbana, ao gerar territórios profundamente desiguais passa a conviver com o conflito gerado pelos antagonismos das classes.

A produção capitalista do espaço reflete as desigualdades de classe – na sua diversidade racial e de gênero, uma vez que o acesso à cidade é mediado pela lógica do valor e cada sujeito habita a área que ele é capaz de pagar. Além disso, a cidade tornou-se mercadoria e seu acesso é mediado pelo mercado imobiliário. Carlos (2015, p. 46) afirma que “[...] o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no processo de produção geral da sociedade e, conseqüentemente, o seu lugar na distribuição da riqueza gerada”. Tal determinação produz cidades extremamente segregadas.

Segundo Alvarez (2016), a segregação urbana é iminente à cidade capitalista, pois essa é fundamentada na propriedade privada do solo. Pensar a segregação urbana na sua totalidade é refletir para além da sua expressão imediata que tem como face a localização da moradia. A dificuldade de acesso aos serviços, aparelhos urbanos e a vivência na urbe são elementos que auxiliam a refletir acerca de tal processo. Assim,

[...] A segregação urbana se expressa [...], na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos serviços, e hoje, marcadamente pela quase impossibilidade da presença na cidade, para grande parte dos seus habitantes (ALVAREZ, 2016, p. 113).

Tais considerações evidenciam algumas marcas da urbanização brasileira como: o baixo valor da mão-de-obra urbana e rural, o sistema de autoconstrução, concentração de riqueza, segregação urbana e formação de um exército de reserva.

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



Santos (1993, p. 10) aponta que

A cidade em si, como relação social e como materialidade, tornou-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Assim, as cidades brasileiras são extremamente desiguais e a segregação urbana é sua expressão espacial. Nesse contexto de desigualdade as mulheres, e em especial as mulheres negras, são as principais impactadas pela questão da moradia (MORAES, 2018; SILVA, 2021). Determinações históricas sociais e econômicas explicam tal condição. Federici (2017) afirma que o desenvolvimento do capitalismo foi responsável por criar uma nova ordem patriarcal, na qual as mulheres são subordinadas aos homens e colocadas à margem do trabalho assalariado.

Desde dos primórdios do modo de produção capitalista, como sinaliza Marx (1867 [2013]), ao observar a dinâmica do desenvolvimento da Maquinaria e da Grande Indústria (O'Capital Livro I – Capítulo XVIII), as mulheres e as crianças sofrem os mais desumanos processos de exploração da sua força de trabalho viva, no interior das fábricas, com jornadas intensivas, salários precários, além das mulheres possuírem uma dupla jornada de trabalho, nas tarefas domésticas e de cuidado. Tal dinâmica se perpetuará e sofrerá determinações, dada a dinâmica das classes sociais em diferentes formações sociais, a dinâmica das classes sociais e o desenvolvimento das forças produtivas no seu interior. De acordo com Alves e Siqueira (2020, p. 166)

Quando a sociedade começou a se organizar em torno do salário, da maneira como conhecemos hoje no sistema capitalista, o trabalho executado pelas mulheres em casa não foi levado em consideração. Ou seja, com o advento da inclusão das mulheres no mercado de trabalho, a jornada de trabalho feminino institui-se como dupla (e muitas vezes tripla), sendo que o trabalho doméstico uma delas que nunca recebeu remuneração ou salário.

Nesse sentido, a compreensão concreta da classe trabalhadora no Brasil, no seu movimento histórico-concreto, necessariamente precisa compreender as determinações raciais e de gênero

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos







de forma articulada. Por certo, as mulheres constituem o *locus* da superexploração do trabalho no capitalismo dependente brasileiro, em especial às mulheres negras na sua dinamização interna, conforme nos mostram inúmeros estudos (GONZALES, 1984; FAGUNDES, 2020). De acordo com as autoras, a superexploração da força de trabalho se expressa pelo alongamento da jornada de trabalho e baixos valores do salário. Ademais, elas são a maior parcela do exército de reserva, uma vez que são as mais atingidas pelo desemprego e subemprego (ALVES, SIQUEIRA, 2020). No espaço urbano, isto se materializa no maior número de mulheres morando em habitações precárias, domicílios improvisados e o gasto excessivo com aluguel. Tais condições impactam diretamente a qualidade de vida e a vivência na cidade.

### **A face feminina e racial do déficit habitacional no Brasil**

Como já apontamos, o processo de urbanização, surgimento das metrópoles e o desenvolvimento capitalista estão atrelados. Na espacialidade da cidade é possível observar a materialização das contradições de tais processos. Engels (2015) aponta que a questão da moradia esteve presente ao longo da história da sociedade de classes e sempre atingiu as classes oprimidas, mas se agravou com o advento da sociedade industrial. O autor destaca que a questão da moradia é um problema estrutural do modo de produção capitalista, pois esse é baseado na propriedade privada da terra, ou seja, apenas uma parcela da sociedade tem acesso à terra. Além disso, neste modo de produção o problema da moradia também se estende para a pequena burguesia, não é exclusivo da classe trabalhadora.

As medidas adotadas pelo Estado<sup>7</sup> – que consistem em formular políticas sociais que tornam o trabalhador proprietário ou de oferecer moradias públicas estatais (como na Inglaterra) – são paliativas, pois em nada atinge a estrutura de propriedade privada da terra. Tal questão só pode ser resolvida com a ruptura do modo de produção vigente. Engels (2015) ainda ressalta que a questão da moradia não se trata apenas da aparente falta de moradia, mas se expressa também nas habitações precárias ou coabitadas.

Lefebvre (2011) aponta que o direito de habitar é reconhecido pelo Estado formalmente devido às pressões das lutas sociais. Porém, não há a desvinculação das orientações e concepções do capital.

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



Desse modo, a finalidade das políticas de habitação é oferecer o maior número de moradias com o menor custo possível, sem se preocupar qualitativamente com a qualidade de vida da classe trabalhadora.

O déficit habitacional é o índice utilizado para expressar as famílias que moram em habitações precárias. Os estudos da Fundação João Pinheiro apontam que, em 2019, o Brasil possuía um déficit habitacional urbano brasileiro de 5,044 milhões de domicílios<sup>8</sup>.

De acordo com a Fundação João Pinheiro (2021b, p. 23) a metodologia utilizada no cálculo do déficit habitacional considera

(a) domicílios precários (improvisados e rústicos); (b) número de famílias que têm dificuldades de acesso devido aos elevados custos com aluguel e (c) número de famílias que não têm a liberdade de acesso em formar um novo domicílio. Em todos os casos, parte-se da ideia de que as famílias ou pessoas não possuam escolhas, ou que suas escolhas sejam tão limitadas, que o acesso à habitação ou aos serviços habitacionais básicos se dê de forma insuficiente. Nesse caso a inadequação habitacional ou déficit qualitativo seriam os domicílios sem acesso a padrões de serviços minimamente adequados.

A coabitação é composta por domicílios, cômodos e por unidades conviventes (moradias divididas por mais de uma família). Já as habitações precárias são compostas por domicílios rústicos e improvisados, enquanto o ônus excessivo com o aluguel é quando se destina mais de 30% da renda domiciliar de até 3 salários mínimos com a despesa do aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021a).

Ao analisar os dados do déficit habitacional a partir da perspectiva de gênero, constata-se que tal índice, proporcionalmente, atinge mais as mulheres em relação aos homens. As reflexões de Lacerda, Guerreiro e Santoro (2021) elucidam as diversas determinações históricas, sociais e econômicas que corroboram para esse cenário. As autoras destacam a violência doméstica, os baixos salários das mulheres e os postos de trabalho precários que elas ocupam.

Outro elemento a ser destacado é que a composição das famílias brasileiras mudou, sobretudo, a partir da década de 1960, sendo que há um crescimento do modelo familiar monoparental com

**A urbanização capitalista  
brasileira e o déficit habitacional:  
breve análise sobre a segregação  
espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos

filhos, sendo a maioria composta por mães solas (LACERDA; GUERREIRO; SANTORO, 2021).

As condições históricas da classe trabalhadora, marcadas pelo racismo estrutural, são bem evidentes (ALMEIDA, 2019; FAGUNDES, 2020). Quando ocorre a intersecção de gênero e raça, a situação se agrava em relação às mulheres negras: cerca de 60% das mães solas são mulheres negras e 63% dos lares, com filhos até 14 anos, que estão abaixo da linha da pobreza possuem referência em mulheres negras (CARTA CAPITAL, 2019).

O relatório do terceiro trimestre de 2021 do DIEESE aponta que 7,4 milhões de mulheres com 14 anos ou mais estavam desempregadas no Brasil, sendo 63,5% mulheres negras. O desemprego atinge com maior intensidade esta fração de mulheres. Também são elas que ocupam os postos de trabalho mais precarizados e recebem salários menores em comparação com as mulheres brancas.

De acordo com Silvio Almeida (2019), para entender a sociedade contemporânea, os conceitos de raça e racismo são essenciais. O autor ainda afirma que a classificação racial foi fundamental na construção das hierarquias sociais da sociedade capitalista: “[...] O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social e contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 17).

Quijano (2005) aponta que raça foi a primeira categoria da modernidade. Foi utilizada “para dar sentido às novas relações de poder entre ‘índios’ e ibéricos” (QUIJANO, 2005, p. 18). Para o autor, o novo sistema de dominação social que se estabeleceu com a colonização da América Latina teve a raça como categoria central. Assim, determinou-se “[...] a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural” (QUIJANO, 2005, p. 17).

Até os dias atuais, a categoria raça afeta as relações sociais do modo de produção capitalista. Conforme Almeida (2019), a especificidade da dinâmica estrutural do racismo ligada às particularidades de cada formação social, manifesta-se: a) de forma circunstancial específica; b) em conexão com as transformações sociais.

**A urbanização capitalista  
brasileira e o déficit habitacional:  
breve análise sobre a segregação  
espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



[...] o racismo, de acordo com essa posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a *desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe*, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista (ALMEIDA, 2019, p. 184, grifos nossos).

Desse modo, o racismo tem impactos em todos os âmbitos da vida social, inclusive *espaciais*, uma vez que, historicamente, os negros e indígenas habitam as piores localidades da cidade e são mais impactados com o déficit habitacional e a segregação urbana, configurando o que alguns estudos, vem denominando como *racismo ambiental*: “[...] que se acirra no contexto da crise estrutural do sistema capitalista e suas repercussões destrutivas para a natureza e variadas frações da classe trabalhadora (SANTOS; SILVA; SILVA, 2022, p. 158).

Quando analisamos separadamente cada componente do déficit habitacional, de acordo com sexo responsável pelo domicílio, percebemos de forma mais nítida a diferença entre homens e mulheres. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2021a), em 2016, 711.316 mil domicílios chefiados por mulheres eram habitações precárias. Em 2019, esse número sobe para 870.777 mil domicílios. Já os domicílios precários chefiados por homens são 585.439 mil e 611.808 mil, respectivamente. A diferença de cerca de 150 mil se manteve.

Já os domicílios chefiados por mulheres em situação de coabitação, em 2016, eram de 771.414 mil e em 2019 de 765.140 mil. Os números relativos aos homens são de 774.414 e 519.234, respectivamente. Em 2016, havia mais domicílios chefiados por homens em situação de coabitação em relação às mulheres, mas o cenário inverte-se em 2019 e o número de domicílios em situação de coabitação nos lares dirigidos por mulheres é maior. A diferença é de aproximadamente 200 mil habitações.

O gasto excessivo com aluguel também é maior em domicílios chefiados por mulheres: em 2016, 1.588.222 milhão de domicílios encontravam-se em tal condição. Em 2019, o número saltou para 1.888.259 milhão – um aumento de 300 mil domicílios. Já os dados relativos a domicílios em que tem a figura do homem como chefe, os números são menores: em 2016, o relatório aponta

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



1.226.169 milhão de moradias, enquanto que em 2019 o número cai para 1.148.480 milhão de habitações. Tal índice reflete no direito à cidade, pois, com os altos custos com habitação e alimentação, sobra pouco para o lazer. O sujeito perde seu lugar de criatividade na cidade e torna-se alienado a ela.

Destacamos que, no período de 2016-2019, o Brasil viveu um aprofundamento da agenda neoliberal<sup>9</sup> impulsionada, sobretudo, a partir do golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff<sup>10</sup>. A reforma trabalhista – que flexibilizou as relações de trabalho – colocou milhares de trabalhadores e trabalhadoras em condições de subemprego ou na condição de desempregados. O alto índice de desemprego, aumento dos trabalhos informais e os baixos salários prejudicam, principalmente, as famílias de até 3 salários mínimos, na qual a maior parte da renda domiciliar é destinada para pagar a moradia e alimentação.

### Considerações finais

Este artigo representa o esforço inicial de analisar o déficit habitacional a partir do gênero e da raça. O processo de urbanização brasileira desenvolveu-se atrelado às necessidades da industrialização, e teve o Estado como o principal impulsionador. Tal processo, permeado de contradições, foi responsável pela criação de um exército de reserva, rebaixamento do valor da mão de obra rural e urbana e cidades desiguais.

As determinações do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que historicamente oprimiu as mulheres, se reproduzem espacialmente e se materializam no espaço urbano por meio das habitações precárias, moradias coabitadas e privação do direito à cidade. Tais condições recaem sobre a classe trabalhadora, que luta cotidianamente para se reproduzir na cidade.

O aumento dos índices de desemprego e da superexploração do trabalho ocasionados pelos efeitos da crise estrutural do capital tem colocado milhões de pessoas em moradias insalubres nas cidades. A análise dos dados do déficit habitacional revelou que as mulheres e, em especial, as mulheres negras são as mais atingidas pela questão da moradia, pois a maioria destes lares têm como chefe familiar uma mulher.

O debate sob déficit habitacional, mais do que nunca, se fez/se faz urgente e necessário, haja vista os antagonismos que escancaram

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos

a perversidade da *lógica* capitalista, aprofundados num recente contexto de crise econômica, política social e sanitária – esta última em decorrência da Pandemia da COVID-19 –, como bem demonstra os dados da Campanha Nacional #DespejoZero, em defesa da vida no campo e na cidade. Em uma das suas sistematizações, observa-se o aumento de 310% no número de famílias despejadas no Brasil no último ano — num total de 6.373 famílias despejadas, até agosto de 2020, e 19.875 famílias, até agosto de 2021 (CAMPANHA DESPEJO ZERO, 2021)

Nesse cenário, observa-se que as mulheres possuem piores condições de vida no modo de produção capitalista, seja no âmbito do trabalho, por conta do machismo e do racismo vivenciado cotidianamente, e até mesmo na forma de habitação na cidade. Refletir sobre as opressões do capitalismo à luz das relações sociais de classe, raça e de gênero é fundamental para a construção de uma sociedade livre de opressões e exploração, e, ao que pese os desafios do presente, esta é uma tarefa urgente e inadiável.

### Referências

- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 111-126.
- ALVES, G. L.; SIQUEIRA, L. S. Trabalho Reprodutivo: a Superexploração das mulheres Latino-Americanas em debate. In: *Miradas acerca da América Latina: capitalismo dependente, crise estrutural e lutas sociais*. Rio de Janeiro: Telha, 2020, p. 161-181.
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 95-110.
- CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica da questão social no Brasil. *Temporalis*. v. 21 n. 42 (2021): Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/index>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
 André Henrique Mello Correa  
 Josefa de Lisboa Santos

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 17-33, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/1445>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Campanha Despejo Zero. Em defesa da vida no campo e na cidade. Disponível em: <<https://www.campanhadespejozero.org/producao>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CARTA CAPITAL. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. 14/12/2019. Disponível em: <[https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-63-das-casas-chefiadas-por-mulheres-negras-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/#google\\_vignette](https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-63-das-casas-chefiadas-por-mulheres-negras-estao-abaixo-da-linha-da-pobreza/#google_vignette)>. Acesso em: 27 de Agosto de 2023.

DIEESE. Brasil: inserção da mulher no mercado de trabalho. Infográfico. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/mulheresBrasileRegioes.html> acesso em: 15 ago. 2022.

ENGELS, F. *A questão da moradia*. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FARAGE, Eblin. A constituição dos distintos territórios da cidade: o Estado na conformação das favelas cariocas. In: *Libertas*: R. Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v.14, n.1, p. 83-103, jan./jun. 2014.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e a superexploração do proletariado negro. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro - 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 55 - 68. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>>. Acesso em: 01 de Maio de 2021.

FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-terra – MST (1979 –1999). São Paulo, SP: 1999 (*tese de doutorado*). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP.

HARDMAN, Francismo Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34º ed. São

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
 André Henrique Mello Correa  
 Josefa de Lisboa Santos

- Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019*. Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021a.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019*. Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021b.
- GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod\\_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2022.
- LACERDA, L.; GUERREIRO, I.; SANTORO, P. F. *Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino*. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/> acesso em: 12 jan. 2022.
- LEFEBVRE, Henri. 2011. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro.
- LIMA, S. L. R. *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Rio de Janeiro, RJ: 2004 (tese de doutorado). Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a Arquitetura Possível In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2ª ed. – São Paulo: Editora Alfa-Ômega, p. 71-93, 1982.
- MARX, Karl. *O' Capital - Crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZEO, A. C. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. 1º Ed, São Paulo: Editora Ática, 1988.
- MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*, Gedisa, Barcelona, 2007.
- MORAES, Camila Barros. *O problema da moradia no Brasil tem cor?*. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. <[file:///C:/Users/and19/Downloads/ekeys,+O+PROBLEMA+DA+MORADIA+NO+BRASIL+TEM+COR%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/and19/Downloads/ekeys,+O+PROBLEMA+DA+MORADIA+NO+BRASIL+TEM+COR%20(3).pdf)>. Acesso em: 25 out. 2022.

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos



MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. - 3. ed. - São Paulo, SP. Anita Garibaldi, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, 19(55), 9-31, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10091> acesso em: 20 out. 2022.

POCHMANN, , Marcio. *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/yjzmqz/pdf/pochmann-9788577982165.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2022.

SANTOS, J; SILVA, E. M; SILVA; M. da. Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto de crise do capital. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 158-173, jan./jun. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37789/25308>>. Acesso em: 24 out. 2022.

SILVA, Marília Gabriela Alves da Silva. *A racialização da questão habitacional no processo de urbanização brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social. Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista. Santos, 2021.

SAMPAIO Jr., P. A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUZA, Cristiane Sabino; TELES, Heloisa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*. v. 21 n. 42 (2021), Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Disponível em: . Acesso em: 26 de dezembro de 2022.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1997.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. In: *História econômica & história de empresas III*. n. 2, 2000, p. 7-25.

**A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
 André Henrique Mello Correa  
 Josefa de Lisboa Santos

TROTSKY. Leon. *A história da Revolução Russa*. Vol 1: A queda do czarismo. Trad. E. Huggins. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017.

### Notas

1 A lógica da colonialidade opera em quatro domínios da experiência humana: (1) econômico: apropriação da terra, exploração da mão de obra e controle das finanças; (2) político: controle do poder; (3) social: controle do gênero e da sexualidade, e (4) epistêmico e sujeito/pessoal: controle do conhecimento e da subjetividade (tradução nossa). ↑

2 A 'colonialidade', então, consiste em desvendar a lógica encoberta que impõe o controle, a dominação e a exploração, uma lógica oculta que traz o discurso da salvação, do progresso, da modernização e o bem comum (tradução nossa). ↑

3 “Acumulação primitiva (*“previus accumulation”*, em Adam Smith), previa acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. *Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação*, mas, acima de tudo, *os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres*. A expropriação da terra que antes pertencia aos produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. *Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversas e em diferentes épocas históricas*. Os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, [1867] 2013, p. 785 e 787 - *grifos nossos*). ↑

**A urbanização capitalista  
brasileira e o déficit habitacional:  
breve análise sobre a segregação  
espacial a partir de gênero e raça**

Joyce Kelly de Jesus Santos  
André Henrique Mello Correa  
Josefa de Lisboa Santos

4 N.E: Trata-se de uma análise em torno das fases distintas da escravidão elaboradas teórica-metodologicamente pelo autor. Na primeira fase do *escravismo pleno* (1500 até 1850, aproximadamente) há um processo de ascendência até a extinção do tráfico internacional de escravos; na segunda fase, denominada *escravismo tardio*, decorre um processo descendente de desagregação do escravismo, a partir da Lei Euzébio de Queiroz (1850) e outras medidas de dinamização por parte do Estado, no âmbito da legislação e confrontado pelas resistências negras, que desembocará na dinâmica de *dependência* com a entrada na sociedade do trabalho livre. ↑

5 Conforme sinaliza Moura (2020, p. 107) – “A Lei da Terra tinha, no fundo, um conteúdo político. Ela deu um cunho *liberal* à aquisição de terras no Brasil, mas visava a, de um lado, impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos e, de outro, estimular o imigrante que via, a partir daí, a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando” ↑

6 Neste contexto, a terra improdutiva seria a terra que não possui produção agrícola ou atividades agropecuárias. ↑

7 Engels (2015, p. 99) pontua sobre o caráter do Estado e o porquê da sua impossibilidade de resolver a questão da moradia: “[...] O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores.” ↑

8 A Fundação João Pinheiro elaborou apenas dados com recorte de gênero. Desta forma, os dados gerais não contemplam o recorte racial. ↑

9 Cassin (2022), ilustra este aprofundamento regressivo no campo dos direitos sociais do conjunto da classe trabalhadora, que derradeiramente se rebate na particularidade da formação social brasileira, de forma mais acentuada para população negra e feminina. Ademais: a Aprovação da Emenda Constitucional N° 95/2016; a Contra-Reforma da Previdência (PEC 06/2019, após aprovação - EC N° 103/2019); a Lei da Terceirização (Lei N° 13.429/2017); a Contra-Reforma Trabalhista (Lei N° 13.467/2017); a Desvinculação das Receitas da União (DRU); a Contrato de trabalho “verde e amarelo” (MP N° 905/2019 - revogada em abril de 2020, posteriormente, retomada com a aprovação no Senado do Projeto de Lei (PL) a 5.228/2019). ↑

10 Trata-se do golpe jurídico-parlamentar de retirada da presidente eleita Dilma Rousseff, em 2016, que envolveu uma gama de aparelhos de dominação burguês na sua arquitetura e consumação: Judiciário, Parlamento, Polícia Federal, Mídia-Jornalística na TV aberta e outros meios. Numa sessão que durou mais de 09 horas na câmara dos deputados - a vitória da oposição no assim chamado *impeachment*, ocorreu por 367 votos favoráveis contra 137 contrários. Ademais — “A particularidade desse golpe reside na manutenção do regime democrático, isto é, o golpe foi articulado e processado no interior e por meio dos dispositivos da democracia liberal burguesa” (CASSIN, 2022, p. 20). ↑



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).